



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI/SR/PF/PI

Assunto: **SERVIÇO PARA MUDANÇA DE HABILITAÇÃO, CATEGORIA D.**

Destino: **SR/PF/PI**

Processo: **08104.000791/2024-05**

Interessado: **SELOG/SR/PF/PI**

1. Trata-se de atendimento à solicitação contida no Despacho [61696028](#), SR/PF/PI, para análise e manifestação da UCI/SR/PF/PI sobre a viabilidade da contratação direta, referente a prestação de serviço para mudança de habilitação, categoria “D”.

2. Conforme disciplina a Instrução Normativa (IN) DG/PF nº 118, de 13 de setembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço (BS) nº 177, de 14 de setembro de 2017, as atividades do Controle Interno devem ser pautadas pela aderência à legislação e aos atos normativos vigentes e pelas boas práticas de governança, gestão dos riscos e controle aplicáveis à administração pública e dentre suas atividades consta realizar controle preventivo dos atos de gestão referentes a atos normativos, instrumentos de cooperação e contratações.

3. Nesse contexto, registra-se que a análise ora realizada tem por foco o **controle preventivo** dos atos de gestão relacionados à contratação, não implicando em ratificação ou validação dos atos pretéritos que compõem a instrução processual e não envolvendo análise eminentemente jurídica do processo, sendo os atos praticados de responsabilidade dos ordenadores de despesa, estando vinculados ao seu juízo de conveniência e oportunidade, e a análise jurídica sendo atribuição das Consultorias Jurídicas da União (CJUs) da Advocacia-Geral da União (AGU). Registra-se a solicitação de análise sobre pontos específicos do processo referente a possibilidade de contratação direta para serviço de mudança de habilitação para a categoria “D”.

4. Em regra a administração pública para realizar contratação deve escolher o contratado através de licitação em atenção ao princípio da impessoalidade, porém, o Art. 75, da Lei 14.133/21, apresenta as situações em que é possível efetivar a contratação diretamente, a denominada licitação dispensável.

5. Os incisos I e II, do Art. 75, dizem respeito a situações de licitação dispensável por razões de valores, conforme transcrição abaixo:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”

6. Já o inciso III do referido artigo, cuida tanto das hipóteses de licitação deserta, que é aquela em que não surgiram interessados em participar da licitação, quanto da licitação fracassada, que ocorre por ausência de propostas válidas, incluindo os casos em que as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado, ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes. Ou seja, todas as propostas foram desclassificadas, mesmo após as negociações e convocações previstas no arts. 61 e 90, § 4º, da Lei 14.133/2021.

7. No que diz respeito às licitações fracassadas e desertas a lei dispensa a obrigatoriedade de nova licitação para a contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, conforme Art. 75, inc III, da Lei de licitações.

8. No que tange ao procedimento para realização da licitação dispensável o art. 4º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021 impõe a adoção da forma eletrônica para a contratação de bens e serviços, no limite do disposto no II do caput do art. 75 da Lei 14.133/21.

9. O procedimento em questão tem como objeto a contratação de empresa para prestar o serviço de mudança de categoria de habilitação, cujo valor total previsto é de R\$ 11.584,00, enquadrando-se dentro do limite dispensável para licitações, estabelecido no inc II, do Art. 75, da Lei 14.133/21, caso não tenham sido feitos outras despesas no corrente ano para a mesma natureza, que somados ultrapassem esse limite.

10. Administração realizou duas tentativas infrutíferas de contratação direta através do Sistema de Dispensa Eletrônica, cujas propostas colhidas foram desclassificadas, conforme Relatório - Dispensa fracassada ([39354817](#)) e Resultado - Fracassado ([55182033](#)).

11. Haja vista o fracasso dos procedimentos adotados, foi formulado no Despacho [61696028](#) o seguinte questionamento jurídico:

“Despacho 61696028

*Considerando que a Dispensa Eletrônica nº 90005/2025 restou **FRACASSADA**, conforme Resultado - Fracassado ([55182033](#)), encaminhe-se à UCI/SR/PF/PI para análise processual e manifestação sobre a viabilidade da contratação direta de acordo com as propostas apresentadas abaixo:*

Item 01

Objeto: Serviços para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação na categoria “D” em Parnaíba-PI

Fornecedor: C E I CENTRO DE FORMACAO DE CONDU LITORAL LTDA ME (CNPJ. 19.274.110/0001-70)

Vr. Unitário: R\$ 2.157,00 - Quantidade: 03 - Vr. Total: R\$ 6.471,00

Item 02

Objeto: Serviços para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação na categoria “D” em Teresina-PI

Fornecedor: AUTO ESCOLA APRENDER BEM LTDA (CNPJ. 09.638.615/0001-12)

Vr. Unitário: R\$ 1.900,00 - Quantidade: 02 - Vr. Total: R\$ 3.800,00.”

12. O questionamento jurídico apresentado não pode ser respondido por esta Unidade de controle interno, cuja atribuição restringe-se a assistir a autoridade no **controle preventivo** dos atos de gestão relacionados à contratação, sob pena de usurpar as atribuições do órgão de assessoria jurídica (AGU), com fundamento no [art. 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e [art. 11, V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993](#), portanto, em caso de dúvida jurídica é recomendável o encaminhamento à Consultoria Jurídica da AGU.

13. No intuito de colaborar, observa-se que de acordo como os documentos constantes no procedimento, o objeto da licitação enquadra-se na hipótese de licitação dispensável delineada no Art. 75, inc II, onde o parâmetro é o valor, cujo procedimento de dispensa eletrônico ao final resultou em hipótese fracassada. Em virtude disso indaga-se se existe motivo autorizador para manter a fundamentação e dispensar apenas o procedimento eletrônico na contratação direta ou para enquadrar a situação na alínea “a” do inciso III do mesmo artigo (licitação fracassada), que também autoriza a contratação direta, mas que nesse caso não estaria isenta de análise jurídica conforme ON AGU Nº 69:

“ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 69/21

NÃO É OBRIGATÓRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 75, I OU II, E § 3º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, SALVO SE HOVER CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E ESTE NÃO FOR PADRONIZADO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO, OU NAS HIPÓTESES EM QUE O ADMINISTRADOR TENHA SUSCITADO DÚVIDA A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS FUNDADAS NO ART. 74, DA LEI Nº 14.133, DE 2021, DESDE QUE SEUS VALORES NÃO ULTRAPASSEM OS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021.”

14. Após averiguação do processo, **recomenda-se o encaminhamento ao Órgão de assessoramento jurídico(AGU) para que seja sanada a dúvida jurídica constante no Despacho 61696028e atendimento da legislação vigente.**

15. Encerrando, ratifica-se que as manifestações do Controle Interno, a priori, são apenas opinativas, buscando, por meio do controle preventivo, apontar proativamente possíveis riscos e recomendar providências, vinculadas à aderência à legislação, para a execução dos procedimentos administrativos da forma julgada mais adequada, com o intuito de salvaguardar a instituição e os servidores. Cabe à autoridade assessorada avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não as precauções recomendadas, destacando-se que, conforme inciso VII do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

16. Finalmente, devolvemos o processo para avaliação da presente manifestação e realização dos procedimentos julgados necessários para o seu devido prosseguimento em conformidade com as determinações legais.

MÁBENYS AUGUSTO CASTELO BRANCO DE SOUSA
Papiloscopista Policial Federal
Responsável UCI



Documento assinado eletronicamente por **MABENYS AUGUSTO CASTELO BRANCO DE SOUSA**, **Papiloscopista Policial Federal**, em 26/06/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=66713073&crc=A9D15AA2.
Código verificador: **66713073** e Código CRC: **A9D15AA2**.